

### **3. PROPOSTA DE UTILIZAÇÃO DO EMPRÉSTIMO PARA FINANCIAMENTO DA CONTRAPARTIDA NACIONAL DE OPERAÇÕES DE INVESTIMENTO AUTÁRQUICO – LINHA BEI PORTUGAL 2020 – AUTARQUIAS:**

Da **DMGAP-DPCG-DCPCG** submetendo à consideração do Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal, a proposta de utilização do empréstimo para financiamento da contrapartida nacional de operações de investimento autárquico – linha BEI Portugal 2020 – autarquias, proposta que se anexa.

## PARECERES/INFORMAÇÕES

## DESPACHOS/DELIBERAÇÕES



1809/13

O Presidente da Câmara Municipal,

  
Ricardo Rio, Dr.

INFORMAÇÃO N.º: DPCG037

DATA: 12/09/2018

## ASSUNTO:

Proposta de Utilização do Empréstimo para Financiamento da Contrapartida Nacional de Operações de Investimento Autárquico – Linha BEI Portugal 2020 – Autarquias

Exmo. Presidente da Câmara Municipal,

No seguimento das orientações divulgadas pelo Gabinete de Apoio à Presidência, e face às instruções recebidas pela Direção Municipal e Departamento de Planeamento e Controlo de Gestão, venho, por este meio, submeter à apreciação superior a seguinte proposta:

O Governo Português, com o objetivo de acelerar a execução dos projetos no âmbito do Portugal 2020, lançou um novo instrumento para financiamento da contrapartida nacional de operações de investimento autárquico aprovadas no âmbito dos Programas Operacionais do Portugal 2020.

Através do Despacho n.º 6200/2018 do Ministério da Finanças e do Ministério do Planeamento e das Infraestruturas, publicado no dia 26 de junho de 2016, foi determinado que a primeira parcela do empréstimo quadro, contratado entre a República Portuguesa e o Banco Europeu de



Investimento, até ao limite de €250.000.000, destina-se ao cofinanciamento da contrapartida nacional de operações de investimento autárquico, financiados pelo FEDER e pelo Fundo de Coesão no âmbito dos programas operacionais do Portugal 2020.

Por sua vez, o Ministério do Planeamento e Infraestruturas, através do Despacho n.º 6323-A/2018 de 28 de junho de 2018, publicou o regulamento de implementação da Linha BEI Portugal 2020 – Autarquias, no qual fixou as condições de acesso e de utilização dos empréstimos para financiamento da contrapartida nacional de operações de investimento autárquico.

Assim, considerando que:

1. A Assembleia Municipal autorizou, aquando da aprovação dos documentos previsionais, o plano estratégico de investimento plurianual estruturado e delineado no sentido de promover o desenvolvimento territorial sustentado de Braga, assegurando a qualidade de vida, a coesão social e a atratividade económica, respondendo à satisfação das necessidades e expectativas dos diferentes públicos, sem comprometer o futuro das gerações vindouras.
2. O plano estratégico de investimento municipal encontra-se, fundamentalmente, sustentado financeiramente nos programas operacionais do Portugal 2020.
3. A Linha BEI Portugal 2020 – Autarquias tem por objetivo apoiar a execução dos projetos no âmbito do Portugal 2020, permitindo o recurso a um financiamento a longo prazo adequado à vida económica útil dos investimentos a concretizar, de até 15 anos ou até 20 anos (em caso devidamente justificados), simultaneamente com a obtenção de condições de juro bastante favoráveis comparativamente com o praticado no mercado bancário (importa sublinhar a natureza e os fins não lucrativos do BEI) – ver ficha técnica (Anexo I).
4. A celebração de cada contrato de financiamento é efetuada em observância da capacidade de endividamento disponível à data da celebração, nos termos do regime financeiro vigente, de acordo com o estipulado nos artigos 51.º e 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.
5. Sendo que, nos termos do legalmente estabelecido, na alínea a) do n.º 5 do artigo 52.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, aprovado pela **Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro**, na sua redação atual, para efeitos de apuramento da dívida total dos municípios, **não é considerado** o valor dos

empréstimos destinados exclusivamente ao financiamento da contrapartida nacional de projetos com comparticipação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento ou de Outros Fundos de Apoio aos investimentos inscritos no orçamento da EU.

Importa, ainda, considerar:

6. O grau de execução do Plano Estratégico de Investimento, que comporta cerca de 33 milhões de euros de investimento, e totaliza 11 milhões de euros já executados com recurso misto a cofinanciamento pelos Fundos Comunitários e a capitais próprios, como se demonstra no mapa do Anexo II.
7. A oportunidade de continuar a encetar no imediato, fruto, por um lado, da concretização dos processos de candidatura aos programas operacionais do Portugal 2020, e por outro lado, do estado avançado dos procedimentos de contratação pública, a concretização do Plano Estratégico de Investimento no montante aproximado de 15 milhões de euros (reflete apenas as candidaturas já aprovadas e as que se encontram submetidas e em estado avançado de análise), evidenciado no Anexo II, que representa uma comparticipação comunitária na ordem dos 8,9 milhões de euros e um esforço financeiro municipal na ordem dos 6,4 milhões de euros.
8. A capacidade de endividamento disponível do Município de Braga, para 2018, patenteada no Mapa Demonstrativo que se anexa (Anexo III), comporta o montante de 14 milhões de euros<sup>1</sup>.
9. Que, cada contrato de financiamento que se venha a celebrar entre o Município de Braga e a Agência para o Desenvolvimento e Coesão, IP (AD&C), carece da devida autorização pela Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do n.º 2 do artigo 51º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.
10. Que, o contrato de financiamento apenas produz efeitos na data da obtenção do visto prévio do tribunal de Contas.

Em face do exposto, propõe-se, que o Sr. Presidente profira decisão no sentido de remeter a presente proposta à Câmara Municipal, para que aquele órgão delibere:

<sup>1</sup> Nos termos do legalmente estabelecido na alínea a) do n.º 5 do artigo 52.º Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, não releva para o limite da dívida total previsto no n.º 1 do artigo 52.º da mesma Lei, o valor dos empréstimos destinados exclusivamente ao financiamento da contrapartida nacional de projetos cofinanciados por fundos europeus.

1. Aprovar a contração de empréstimos ao abrigo da Linha de Crédito BEI Portugal 2020 – Autarquias, para financiamento da respetiva contrapartida nacional das operações identificadas no Plano de Investimento – Portugal 2020 que se anexa, como parte integrante da presente proposta (Anexo II), que totalizam, na eventualidade de se concretizar conforme projetado, o montante de 7.598.564,06 euros.
2. Aprovar o prazo que vier a ser fixado nos contratos de empréstimo e que poderá ser de até 15 anos ou até 20 anos, nos termos do disposto na alínea d) do número 4 do artigo 5.º do Despacho n.º 6323-A/2018 de 21 de junho de 2018.
3. Submeter a presente proposta à aprovação da Assembleia Municipal.

À consideração superior,

O CHEFE DA DIVISÃO DE CONTABILIDADE, PLANEAMENTO E CONTROLO DE GESTÃO,



Sandro Louro

**Proposta de Utilização do Empréstimo para Financiamento da Contrapartida Nacional de Operações de Investimento Autárquico – Linha BEI Portugal 2020 – Autarquias**

**Anexo I**

**Ficha Técnica**

<b>Tipo de Produto</b>	<b>LINHA BEI PT 2020 – AUTARQUIAS (2018)</b>
<b>Produto</b>	Empréstimos de médio e longo prazo para financiamento da contrapartida nacional de operações de investimento aprovadas no âmbito do Portugal 2020
<b>Objetivo</b>	Criar condições para acelerar a execução das operações de investimento autárquico aprovadas nos programas operacionais do Portugal 2020, cofinanciadas pelo FEDER e Fundo de Coesão
<b>Beneficiários</b>	Autarquias locais e suas associações, entidades intermunicipais e empresas do setor local
<b>Entidade Gestora</b>	Agência para o Desenvolvimento e Coesão (AD&C)
<b>Elegibilidade</b>	<p>A elegibilidade das operações está condicionada às seguintes condições:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Tenham sido aprovadas para cofinanciamento pelo FEDER ou Fundo de Coesão;</li> <li>• Não se encontrem concluídas, física e financeiramente, à data de Submissão do pedido de financiamento;</li> <li>• Não beneficiem de outro empréstimo do BEI para a mesma operação;</li> <li>• Cujos beneficiários, à data de submissão do pedido de financiamento, apresentem situação contributiva e tributária regular, não se encontrem em incumprimento na devolução de verbas recebidas no âmbito dos fundos da Política de Coesão ou de outros empréstimos concedidos pela DGTF;</li> <li>• Observem os créditos específicos de elegibilidade definidos no EQ contratado entre a República Portuguesa e o BEI (mais informações em <a href="http://www.portugal2020.pt">www.portugal2020.pt</a>).</li> </ul>
<b>Despesas não elegíveis ao BEI</b>	<p>Não são elegíveis as seguintes despesas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• IVA e outros impostos e taxas;</li> <li>• Aquisição de terrenos e edifícios;</li> <li>• Manutenção e outros custos operacionais;</li> <li>• Aquisição de bens em estado de uso, juros durante a construção, aquisição de licenças para utilização de recursos públicos não gerados, como licenças de telecomunicações;</li> <li>• Patentes marcas de fabrico e comerciais;</li> <li>• Operações meramente financeiras.</li> </ul>
<b>Valor do Financiamento</b>	<p>O empréstimo a conceder cobre a totalidade da comparticipação nacional das operações aprovadas pelo Portugal 2020, tendo os seguintes limites:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 50% do custo total aprovado pelo Portugal 2020 para a operação</li> <li>• 100% do custo total deduzido das despesas não elegíveis a financiamento do BEI e do apoio do Portugal 2020;</li> </ul> <p>Nas operações apoiadas pelos PO de Lisboa e da Madeira essa percentagem é de 90%.</p> <p>O empréstimo tem um valor mínimo de 10 mil euros.</p>

Garantias	O empréstimo é concedido mediante a prestação de garantias adequadas ao cumprimento das obrigações de pagamento de capital e juros, privilegiando-se modalidades de garantias que se revistam de liquidez, nomeadamente a retenção de transferências do Orçamento do Estado.
Desembolsos	<p>Constituem condições prévias para efetuar desembolsos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Situação contributiva e tributária regular,</li> <li>Inexistência de dívidas em incumprimento aos Fundos da Política de Coesão;</li> <li>Inexistência de dívidas noutros empréstimos em incumprimento concedidos pela DGTF.</li> </ul> <p>O desembolso é efetuado da seguinte forma:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>1/3 do valor do empréstimo com a assinatura do contrato, a pedido da Entidade Beneficiária;</li> <li>Mais 1/3 do valor do empréstimo quando a operação atingir um nível de execução mínimo de 33,3% do respetivo valor de aprovação.</li> <li>O restante 1/3 do valor do empréstimo quando a operação atingir um nível de execução mínimo de 66.6 % do restante valor de aprovação.</li> </ul>
Prazo do Empréstimo	<p>O prazo do empréstimo é de até 15 anos.</p> <p>Em casos devidamente justificados, em função da tipologia da operação, da sua dimensão financeira ou do respetivo prazo de execução, o prazo do empréstimo pode ser fixado até 20 anos.</p> <p>A amortização de capital (semestral) não poderá ser inferior a mil euros.</p>
Carência, juros e amortizações	<p>Amortizações de capital efetuadas semestralmente com um período de carência de até três anos.</p> <p>Juros pagos semestral e posteriormente, sem período de carência.</p> <p>As taxas de juro a aplicar (taxa fixa ou spread da taxa variável) serão equivalentes ao custo do financiamento disponibilizado pelo BEI, a fixar semestralmente de acordo com cotação a solicitar pela AD&amp;C ao IGCP e que se aplicam a todos os contratos celebrados naquele semestre.</p> <p>Possibilidade de contratar:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Taxa de juro fixa, aplicável durante todo o período de vida do contrato;</li> <li>Taxa de juro variável, correspondendo à taxa Euribor a seis meses do início do período da contagem de juros, acrescida de spread, e que vigorará, durante todo o período de vida do contrato.</li> </ul> <p>Amortização antecipada obrigatória total se a operação.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Deixar de ser cofinanciada pelo respetivo Fundo,</li> <li>Não seja considerada elegível pelo BEI.</li> </ul> <p>Amortização antecipada obrigatória parcial com:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Reprogramação da operação Portugal 2020;</li> <li>Conclusão da operação por valor inferior ao aprovado.</li> </ul> <p>Amortização antecipada voluntária (iniciativa do beneficiário) sem penalizações, parcial ou total, passível de ser efetuada nas datas de pagamento de capital e juros previstos no contrato:</p>
Mora e Incumprimento	Aplicação de uma taxa de mora em caso de incumprimento de qualquer prestação.



Taxa de mora correspondente a uma sobretaxa de 2 pontos percentuais sobre a taxa de juro em vigor, incluindo sobre o montante em dívida (capital e/ou juros vencidos e não pagos) até à regularização do respetivo pagamento.

O atraso no pagamento de capital e/ou juros na data de vencimento determina:

- O vencimento antecipado da totalidade das prestações vincendas do empréstimo, sem prejuízo de uma moratória de 90 dias para a regularização da dívida em atraso;
- A cessação dos desembolsos futuros do empréstimo,
- O início do processo de recuperação dos montantes em dívida





Proposta de Utilização do Empréstimo para Financiamento da Contrapartida Nacional de Operações de Investimento Autárquico - Linha BEI Portugal 2020 - Autarquias - Anexo II

Operação	Estado	Cronologia da operação		Investimento			Financiamento		Contrapartida Municipal através do BEI		Execução MIB	
		Submissão	Aprovação	Total d/ IVA	Total c/ IVA	Eligível c/ IVA	%	€	€	%	€	%
Requalificação da EB1/JI de Merelim S. Pedro NORTE-08-5673-FEDER-000019	Em execução	29/04/2016	25/05/2016	805 155,30 €	815 501,78 €	680 000,00 €	85%	578 000,00 €	0,00 €	0,00%	549 699,99 €	95,00%
Requalificação da EB1 de Gualtar NORTE-08-5673-FEDER-000036	Em execução	12/07/2016	07/10/2016	930 161,52 €	985 971,21 €	650 000,00 €	85%	552 500,00 €	0,00 €	0,00%	524 875,01 €	95,00%
Requalificação da EB1/JI de S. Lázaro NORTE-08-5673-FEDER-000020	Em execução	29/04/2016	25/05/2016	1 119 294,70 €	985 971,21 €	807 500,00 €	85%	686 375,00 €	0,00 €	0,00%	392 631,73 €	57,20%
Requalificação da Escola Secundária de Maximinos NORTE-08-5673-FEDER-000145	Submetida	17/04/2018		2 673 473,07 €	2 833 881,45 €	1 220 000,00 €	85%	1 037 000,00 €	1 336 746,53 €	50,00%	0,00 €	0,00%
<b>TOTAL EDU/CAÇÃO</b>				<b>5 526 084,58 €</b>	<b>5 661 325,65 €</b>	<b>3 357 500,00 €</b>	<b>51,63%</b>	<b>2 853 875,00 €</b>	<b>1 336 756,53 €</b>	<b>24,18%</b>	<b>1 466 606,73 €</b>	<b>51,39%</b>
Reabilitação do Parque de Exposições de Braga NORTE-05-2316-FEDER-000048	Em execução	19/05/2017	21/06/2017	8 672 193,02 €	9 247 740,60 €	8 826 396,00 €	85%	7 502 436,60 €	0,00 €	0,00%	7 127 314,76 €	95,00%
Reabilitação do Mercado Municipal de Braga NORTE-05-2316-FEDER-000067	Aprovada	11/08/2017	18/01/2018	4 901 734,89 €	5 218 839,98 €	4 850 074,59 €	85%	4 122 563,40 €	770 171,49 €	15,90%	0,00 €	0,00%
Reabilitação do Mercado Municipal de Braga - Arranjos exteriores NORTE-05-2316-FEDER-000030	Em execução	29/03/2017	21/06/2017	674 843,28 €	715 333,88 €	715 333,88 €	85%	608 031,80 €	66 809,48 €	9,90%	70 762,89 €	11,64%
Promoção da Mobilidade Pedonal NORTE-05-1406-FEDER-000101	Aprovada	22/12/2017	10/07/2018	2 771 384,24 €	2 962 615,29 €	2 636 481,04 €	85%	1 731 008,88 €	3 040 175,35 €	37,54%	0,00 €	0,00%
Reabilitação do Bairro Social de Santa Tecla NORTE-05-4943-FEDER-000077	Aprovada	29/12/2017	20/08/2018	1 081 990,88 €	1 146 910,33 €	372 622,08 €	85%	316 728,77 €	540 995,44 €	50,00%	0,00 €	0,00%
Implementação de corredor prioritário para transportes públicos	Em preparação			5 377 358,49 €	5 700 000,00 €	1 500 000,00 €	85%	1 275 000,00 €	2 688 679,25 €	50,00%	0,00 €	0,00%
Biblioteca Integrada (Quadrilátero)	Em preparação			203 252,03 €	250 000,00 €	250 000,00 €	85%	212 500,00 €	-9 247,97 €	-4,55%	0,00 €	0,00%
<b>TOTAL PEDU</b>				<b>23 682 556,82 €</b>	<b>25 241 440,08 €</b>	<b>18 550 907,59 €</b>	<b>66,56%</b>	<b>15 768 271,46 €</b>	<b>5 106 583,04 €</b>	<b>21,56%</b>	<b>7 158 077,58 €</b>	<b>45,65%</b>
Melhoria da eficiência energética no edifício dos Paços do Concelho de Braga	Em preparação			305 705,00 €	330 409,40 €	330 409,40 €	45%	148 684,23 €	152 882,50 €	50,00%		
Melhoria da eficiência energética no edifício do Convento do Pólo	Em preparação			710 704,00 €	765 754,24 €	765 765,24 €	45%	344 580,31 €	355 352,00 €	50,00%		
<b>TOTAL Eficiência Energética</b>				<b>1 016 409,00 €</b>	<b>1 096 163,64 €</b>	<b>1 096 165,64 €</b>	<b>49%</b>	<b>483 274,54 €</b>	<b>508 234,50 €</b>	<b>50%</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>
Parque Empresarial Braga-Cavado (AAE Adalste-Pitancinhos) NORTE-02-0853-FEDER-037581	Submetida	31/03/2018		2 101 598,65 €	2 227 694,57 €	1 170 182,08 €	85%	994 654,75 €	1 060 799,33 €	50,00%		0,00%
<b>TOTAL Áreas de Acabimento Empresarial</b>				<b>2 101 598,65 €</b>	<b>2 227 694,57 €</b>	<b>1 170 182,08 €</b>	<b>47,33%</b>	<b>994 654,75 €</b>	<b>1 060 799,33 €</b>	<b>50,00%</b>	<b>0,00 €</b>	<b>0,00 €</b>

Proposta de Utilização do Empréstimo para Financiamento da Contrapartida Nacional de Operações de Investimento Autárquico – Linha BEI Portugal 2020 – Autarquias - Anexo II

Operação	Estado	Cronologia da operação		Investimento			Financiamento		Contrapartida Municipal através do BEI		Execução MB	
									Fundo Recabdo		Despesa Paga	
		Submissão	Aprovação	Total s/ IVA	Total c/ IVA	Eligível c/ IVA	%	€	€	%	€	%
Estabilização de Emergência Pós Incêndio - Município de Braga PDR2020-814 043471	Em execução	21/12/2017	28/02/2018	208 890,34 €	221 423,76 €	85 335,73 €	85%	72 535,37 €	104 445,17 €	50,00%	0,00 €	0,00%
		TOTAL iniciativa Emprego Jovem		208 890,34 €	221 423,76 €	85 335,73 €	34,72%	72 535,37 €	104 445,17 €	50,00%	0,00 €	0,00 €
		TOTAL		31 521 130,39 €	33 351 894,06 €	23 163 925,40 €	62,46%	29 638 105,59 €	7 598 564,06 €	24,11%	8 664 694,31 €	44,01%

**Proposta de Utilização do Empréstimo para Financiamento da Contrapartida Nacional  
de Operações de Investimento Autárquico – Linha BEI Portugal 2020 – Autarquias**

**Anexo III**

**Cálculo do Limite da Dívida Total da Autarquia**

				em euros
Receita Corrente Líquida				
2015	2016	2017	Valor	
74 030 799	76 372 247	81 298 615	231 701 661	
Média aritmética da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores				<b>77 233 887</b>
Limite da dívida total (1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores)				<b>115 850 831</b>

**Dívida Total da Autarquia**

		em euros
<b>Limite da dívida total (1)</b>		<b>115 850 831</b>
<b>01/01/2018</b>		
<b>Dívida Total Excluindo Não Orçamentais e Dívida Excecionada (2)</b>		<b>45 360 566</b>
<b>Margem Absoluta (3)=(1)-(2)</b>		<b>70 490 265</b>
<b>Margem utilizável (4)=(3)*0,2</b>		<b>14 098 053</b>

